

O ROMANCE MATRIMONIAL NA FICÇÃO DE OITOCENTOS

Ana Cláudia Boavida Salgueiro da Silva (UA|g / CIC; UÉ / CEL)

ABSTRACT

This article focuses on the analysis of the literary subgenre “marriage romance”, represented by the novels of Júlio Dinis (1839-1871) and Jane Austen (1775-1817), which present the paradigm of true love, embodied in marriage. Reproducing the daily life, manners and customs of the time, these novels express the personal and social relations, meanings and values of coeval societies, representing the character and sociocultural pattern of the respective countries. In these works, therefore, the values concerning love, marriage and family stand out, emphasizing marriage as a symbol of individual happiness and as a conception of collective life and in which the narrative axis emerges as a paradigmatic scheme of originality and literary aesthetics.

Keywords: novel; marriage; Júlio Dinis; Jane Austen.

RESUMO

O presente artigo centra-se na análise do subgénero literário “romance matrimonial”, representado pelos romances de Júlio Dinis (1839-1871) e de Jane Austen (1775-1817), os quais apresentam o paradigma do amor verdadeiro, consubstanciado no casamento. Reproduzindo o quotidiano, os modos e os costumes da época, estes romances expressam as relações pessoais e sociais, os significados e os valores das sociedades coevas, representando o carácter e o padrão sociocultural dos respetivos países. Sobressaem, por conseguinte, nestas obras, os valores concernentes ao amor, ao casamento e à família, enfatizando-se o matrimónio como símbolo de felicidade individual e como conceção de vida coletiva e em que o eixo narrativo surge como esquema paradigmático de originalidade e de estética literária.

Palavras-chave: romance; matrimónio; Júlio Dinis; Jane Austen.

Recebido em 29 de maio de 2022

Aceite em 13 de dezembro de 2022

Introdução

O presente artigo centra-se no estudo do romance matrimonial – sub-género literário representado pela obra do escritor oitocentista Júlio Dinis¹ (1839-1871) –, a qual configura o paradigma do amor verdadeiro, consubstanciado no casamento.

Integrando-se no conjunto dos sentimentos, o amor é um fenómeno afetivo complexo, no qual predomina a atividade moral que o vai enriquecendo. Uma vez que o sentimento está ligado a componentes de natureza psicológica, o amor é a orientação da vontade para o bem em geral, destacando-se como vínculo emocional relativo a alguém capaz de receber esses estímulos e de os reproduzir de forma recíproca.

Sendo múltiplas as divisões do amor, por exemplo, a caritas (afeto altruísta), o eros (sexualidade), o amor-paixão (exacerbação sentimental) e o amor na sua própria conceção (sentimento mútuo e moderado), pode considerar-se que o amor verdadeiro resulta de um conhecimento do objeto amado, tendo por base um compromisso que se projeta sobre a totalidade. Assente em valores morais, este amor decorre do aprofundamento da experiência espiritual que o ser humano direciona sobre outrem: o homem ama o seu bem, enquanto *bem*, na medida em que a afetividade humana é simultaneamente sensível e espiritual. Distinto do desejo, o amor verdadeiro reconhece o valor pessoal, numa atitude de pura adesão e de benevolência, sendo gradualmente construído sob os valores da liberdade, da reciprocidade e da confiança. Deste modo, a presença afetiva move a vontade, numa revelação ontológica do ser em si mesmo em conexão com o outro (alteridade), a qual surge fundamentada no livre consentimento, destacando-se, não só a revelação do valor, mas também a promoção do valor, na qual se fomenta a elevação da pessoa, manifestando-se naquilo que tem de verdadeiro.

Segundo Francesco Alberoni, “o amor verdadeiro é um estado de felicidade contínua, de permanente compreensão, de perfeito acordo, onde as pequenas desavenças são resolvidas com naturalidade. De outro modo, não é amor verdadeiro. Ele alcança-se pouco a pouco, com paciência e sabedoria” (Alberoni [1979] 1997: 51). Esta é a principal diretriz da obra dinisiana que enfatiza o amor verdadeiro, sendo que, para tal, muito contribuiu a

¹ *Corpus* textual: *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), *Uma Família Inglesa* (1868), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) e *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871).

influência da obra romanesca de Jane Austen¹ (1775-1817), representativa dos valores vigentes na Inglaterra em finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Tal situação é confirmada por Irwin Stern, que refere: “Os romances de Jane Austen exerceram influência na obra dum dos mais relevantes escritores portugueses – Júlio Dinis” (Stern 1976: 61).

Com efeito, durante o período oitocentista, o desenvolvimento inglês tem repercussões em Portugal, a diferentes níveis. Centrando-nos na literatura, podemos referir que a obra dinisiana sofre profundas influências dos escritores ingleses. Aliás, é na cultura britânica que o romance, tido como um género literário bastante flexível, que se apresenta como a forma mais capaz de expressar as diversas vertentes do amor em contexto social, conhece maior índice de expansão, sendo o resultado de transformações sucedidas durante o século XVIII, originadas, sobretudo, pela Revolução Industrial em Inglaterra (1750) e cujos ideais se refletem amplamente por todo o século XIX, em particular no Ocidente.

Por outro lado, Júlio Dinis tem ascendência britânica, sofrendo, por isso, o efeito da educação e das leituras de obras de autores britânicos. Na opinião de João Gaspar Simões, existe na sua obra, nomeadamente n’ *Uma Família Inglesa* (1868) “um novo quadro de valores humanos que esse belo romance nos revela. Há ali muita coisa nunca vista na ficção nacional e que só uma sensibilidade familiarizada com a novelística inglesa seria capaz de apreender e recriar” (Simões 1969: 153). Este novo quadro de valores humanos centra-se, por conseguinte, no casamento, como união entre indivíduos de sexo diferente, e que se configura como núcleo diegético primordial, quer na narrativa austeniana, quer na narrativa dinisiana. Implicando necessariamente um acordo entre os dois elementos que compõem o casal, esta concordância contribui para o aperfeiçoamento da personalidade do par, não só em termos individuais, mas também a nível social, na medida em que permite a consciencialização e a responsabilização do indivíduo em conformidade com o papel que tem a desempenhar na sociedade.

Tratando-se de uma instituição, em princípio, estável, e, concorrendo para a geração de novos indivíduos, o matrimónio possibilita a evolução da comunidade/sociedade em que ambas as partes contraentes se inserem, não significando que a comunhão entre esses dois sujeitos elimine a individualidade de cada elemento. Pelo contrário, ao fomentar a realização pessoal, o casamento estimula o enriquecimento da identidade individual, em desen-

¹ *Corpus* textual: *Sense and Sensibility* (1811), *Pride and Prejudice* (1813), *Emma* (1815) e *Persuasion* (1818).

volvimento durante toda a vida, surgindo em interrelação com a consciência social e apresentando-se como um processo crucial na vivência de cada indivíduo.

Para Anália Torres,

o casamento, ao contribuir para a construção da identidade pessoal e social, para um sentimento de pertença, não anula a voz individual diferenciada, autonomizada [...], [podendo o casamento e a identidade pessoal] ser considerados como processos extremamente interligados, em fases cruciais do ciclo de vida (Torres 2001: 91; 97-98).

O casamento é, pois, uma comunhão integral de vidas, uma vez que a vida de cada cônjuge passa a estar aplicada à realização da personalidade do “outro”, sendo os dois responsáveis pela felicidade de ambos. Deste modo, o casamento é um compromisso que só pode ser visto à luz dos valores morais, cuja comunhão, destinada à procriação e à educação da prole, assim como à dedicação e ao respeito mútuo, se fundamenta no conceito de posteridade.

Decorrente da vontade individual e baseado na afeição entre indivíduos, o matrimónio promove a comunicação entre o individual, expresso nos laços emocionais que os sujeitos experienciam na vida privada, e o social, representado pelas vinculações que se formam nas relações amorosas adultas.

Assim, centrado no fundamento de que o amor é essencial para a felicidade de cada indivíduo, propiciando um sentido de celebração, ao constituir o pilar da união conjugal, este trabalho evidencia o casamento como promotor dessa felicidade, aplicando os seus fundamentos à produção literária, nomeadamente, no século XIX, considerado o “século de ouro” da representação literária da vida privada e que constitui uma etapa decisiva na evolução da história das sociedades ocidentais.

Ao assumir uma acentuada relevância na existência humana, cujo significado se vai construindo ao longo do tempo, correspondendo a diferentes entendimentos conforme as épocas em que se realiza, o casamento exalta o amor que fortalece o próprio indivíduo e o bem-estar comum, constituindo um novo modelo cultural, representado na manifestação do sentido de coletivo através da concretização de uma vontade.

Neste âmbito, ao reproduzir o quotidiano, os modos e os costumes da época, os romances de Júlio Dinis e de Jane Austen expressam as relações pessoais e sociais, os significados e os valores da sociedade, representando o carácter e o padrão sociocultural dos respetivos países. Neles, são enaltecidos os valores concernentes ao amor, ao casamento e à família como fundamen-

tos tendentes a um equilíbrio doméstico e social, enfatizando-se o matrimônio como símbolo de felicidade individual e como concepção de vida coletiva e em que o eixo narrativo surge como esquema paradigmático de originalidade e de estética literária.

1. A concetualização do romance moderno

Caracterizado pela maleabilidade, o romance é um gênero literário multiforme e em perpétua expansão: por um lado, o romance é, simultaneamente, drama e narração, diálogo e descrição, realidade e poesia; por outro, está em constante evolução, correspondendo às exigências da época em que se insere.

Na verdade, o romance representa uma multiplicidade de estilos que o tornam um gênero estreitamente ligado aos diversos aspetos da vida diária. Adaptando-se à linguagem erudita, não rejeita a expressão singela; apelando à imaginação, não exclui a análise nem a observação; dirigindo-se ao leitor menos letrado, não esquece o leitor mais culto, promovendo a reflexão de todos através da representação da realidade e da expressão dos sentimentos.

Estudo de costumes, de caracteres e de sentimentos, o romance é, no século XIX, o gênero literário privilegiado de um público numeroso, em que a narrativa, que subjaz à construção de um romance, cria um determinado sentido, uma vez que um dado acontecimento pode determinar o desenrolar da intriga, sendo que o desenlace se impõe pela sua lógica e pela riqueza da sua significação, procurando dar resposta às questões colocadas no início:

[O romance] [é] o gênero que melhor podia satisfazer as exigências epocais: a observação realista da vida, a penetração interpretativa e reflexiva da realidade, o conhecimento dos homens alimentado pela experiência e a descrição psicológica das almas e das relações sociais (Martini [1960] 1961: 115).

1.1. A proliferação do gênero romanesco

O romance autonomiza-se durante o período oitocentista, colocando aos autores um problema particular e único, sendo que cada romancista elege a sua temática de acordo com a visão que tem do mundo, como sucede com as obras romanescas de Júlio Dinis e de Jane Austen, cujas matrizes diegéticas incidem sobre a representação do casamento.

Parecendo simples histórias de amor, estes romances representam o lento fluir das respetivas sociedades, cruzando evolução histórica e destinos

individuais, ao reproduzir as ideias contemporâneas e a complexidade de relações e ao destacar a confluência de experiências de subjetividade e de alteridade, inscritas nessas realidades representadas ficcionalmente.

Jane Austen propõe, através da sua obra, uma vida harmoniosa em que o amor conflui no matrimónio, resultante de um percurso obstaculizado que o adia, mas que, no final, recompensa as relações que decorrem de situações de sensatez (Elinor Dashwood); de rebelião (Marianne Dashwood), sendo que ambas as irmãs são pedidas em casamento no final do romance (*Sense and Sensibility*); de superação de preconceitos (Elizabeth Bennet), facto que despoleta o amor em *Pride and Prejudice*; de humor (Emma Woodhouse), em que a protagonista do romance epónimo – *Emma* – apenas se revela sensível ao sentimento amoroso quando sente que a sua relação pode estar ameaçada; e, finalmente, de sofrimento (Anne Elliot), cuja personagem recupera o tempo perdido (separação) através da união com o seu par, no romance *Persuasion*.

Do mesmo modo, narrando os amores de duas pupilas (*As Pupilas do Senhor Reitor*) e de uma morgadinha (*A Morgadinha dos Canaviais*), assim como as afeições entre jovens de nacionalidades distintas, no romance *Uma Família Inglesa*, e entre um fidalgo e a filha de um lavrador, representados n' *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Júlio Dinis apresenta casamentos interclasses, fundados no amor verdadeiro.

Citando o próprio autor, “um amor bem verdadeiro, uma vida bem íntima com uma mulher, a quem se queira como amante, que se estime como irmã, que se venere como mãe, que se proteja como filha... é evidentemente o destino mais natural ao homem, o complemento da sua missão na Terra...” (Dinis s/d: 706). Valoriza-se este sentimento em detrimento de questões sociais ou económicas, promovendo a superação de preconceitos, os quais podem, segundo o autor, conduzir o país à estagnação ou mesmo ao retrocesso. Ao mesmo tempo, favorece-se a anulação de diferenças e a conquista da harmonia social, como sinal de mudança e cujos enredos apontam para a conciliação e para a igualdade na prosperidade.

Ambos os autores pretendem que os seus romances sejam o repositório das sociedades em que vivem, prefigurando um sincronismo com as novas ideias da época, em que amor e casamento formam uma relação feliz, “uma hipótese muito singular de felicidade, difícil mas possível” (David 2007: 119). Segundo João Gaspar Simões, “à medida que os séculos decorreram, foi-se o romance identificando cada vez mais com a vida e a realidade” (Simões 1967: 13), tornando-se um género de grande estima por parte dos leitores.

Com efeito, o romance constitui o meio mais forte e flexível de transmitir os pensamentos e as emoções do ser humano, bem como de representar os conflitos, os problemas ou as particularidades de uma sociedade num determinado tempo e num determinado contexto.

Considerado a forma literária mais complexa da época moderna, o romance apresenta uma multiplicidade de possibilidades e uma extrema liberdade que, para além da expressão das paixões ou dos sentimentos, acompanha o devir social, explorando a relação entre as personagens, o tempo em que as mesmas se inscrevem e o espaço que as integra, promovendo a representação do mundo contemporâneo e a reflexão sobre essa mesma realidade.

1.2. O romance como género privilegiado do século XIX

Atingindo o apogeu na época de Oitocentos, o romance enfatiza o quotidiano do indivíduo, destacando-se, por um lado, uma ficção cada vez mais relacionada com os seus costumes e com os seus caracteres psicológicos, analisados progressivamente num âmbito mais profundo. Por outro lado, verifica-se um progressivo apuro técnico e estético que resulta no crescente interesse por parte do público-leitor, o qual pretende reconhecer-se na história, porque já não aceita que as personagens sejam heróis fabulosos e porque deseja que a ação narrada tenha uma relação direta com a sua vida.

Para Maria Alzira Seixo, o romance é

um caso literário especial [...], [um] género sem tradições definidas, [que] experiência justamente a postulação de uma forma socialmente justificada [...]. Entre todos os géneros literários, é ele que desperta o fascínio mais acentuado, quer no plano do consumo, quer no plano da produção. Fascínio que terá decerto motivações diversificadas, mas que nos parece assentar primordialmente numa matriz textual que corresponde a uma ideia corrente, segundo a qual as componentes do romanesco são fonte de irrecusável prazer, nos planos da estética, da sensibilidade e do simples recreio [...], [ao] mobilizar afectos, [ao] distrair atenções e [ao] implicar discursos (Seixo 1986: 7-9).

Na verdade, o romance pode ser considerado a narrativa que *vê* e representa a vida, mostrando todas as variedades da experiência humana e não somente aquelas que são adequadas a uma determinada perspectiva literária. Através do romance, é apresentado um estudo imparcial da vida, revelando-se um género inovador pela fidelidade à realidade, pois, como refere Danièle Sallenave, “a literatura está *ligada ao verdadeiro*” (Sallenave

1976: 115), tornando-se um marco crucial da literatura moderna.

Individualizando as personagens, explorando processos de análise e de autodescoberta, inserindo os intervenientes em contexto real e representando as componentes socioculturais, o romance começa a superar a posição de mero subgénero na hierarquização das formas literárias, distanciando-se do género épico e formando-se no processo de adequação ao indivíduo e à realidade moderna em que o mesmo se integra.

Simultaneamente, o romance proporciona prazer, adveniente da função estética que lhe está associada, enaltecendo a sensibilidade e a emoção dos leitores que se identificam com a intriga e com as personagens, que se emocionam e que reveem a autenticidade de vivências expostas através da narrativa.

Em consonância com a gradual ascensão da burguesia, desenvolve-se uma ficção criada para corresponder aos gostos e às expectativas de um público cativado pela leitura, tornando-se o romance um “*género narrativo* de larga projecção cultural, fruto de uma popularidade e de uma atenção por parte dos seus cultores que, sobretudo a partir do século XVIII, fez dele decerto o mais importante dos géneros literários modernos” (Reis e Lopes [1987] 2011: 356).

Ao refletir com minúcia sobre o quotidiano real, autenticado pelas circunstâncias de carácter social, económico, político ou cultural e sintonizado com os interesses das proeminentes classes médias, o romance é, deste modo, capaz de responder às novas exigências, deleitando e produzindo, conjuntamente, modelos de comportamento.

Citando Roland Barthes, podemos afirmar que

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente e mesmo oposta: a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura: internacional, transhistórica, transcultural, a narrativa está aí, como a vida (Barthes 1976: 19-20).

Baseado na vida real, o romance moderno é o reflexo da natureza humana ao invés da fantasiosa criação de um mundo que nunca existiu, com cavalheiros e damas, ninfas e pastores. Por isso, os autores dos séculos XVIII e XIX são inovadores, ao utilizarem a representação da vida contemporânea com o objetivo de aperfeiçoar, existencial e moralmente, o indivíduo e a sociedade.

O romance é, por conseguinte, o género literário

solicitado pela realidade ambiente e pela que trazemos em nós, dividido entre a criação do fictício e a investigação do real, não cessando de reproduzir formas fixas e de inventar o possível, [tornando-se] imagem da palavra que o designa: flutuante e em perpétua expansão (Bourneuf e Ouellet [1972] 1976: 9).

Ao revelar maleabilidade, capaz de expressar as diversas vertentes humanas em contexto coletivo, o romance é um género literário que usufrui de possibilidades propícias à experimentação e à incorporação de diferentes vertentes, como o sentimentalismo, o didatismo e o ensinamento moral, sendo igualmente favorável à observação e à análise de situações, de factos e de caracteres.

O romance procura provocar a emoção do leitor através da relação entre obra e interioridade, assim como entre obra e realidade, estimulando o leitor que “est jeté lui-même dans le mouvement de la pensée, mais à chaque instant on attend de lui, qu’il s’étonne, qu’il vérifie, qu’il complète” (Auerbach [1946] 1968: 290).

Tratando-se de um género liberto de quaisquer convenções restritivas, o romance possui a capacidade de poder representar diversas temáticas e criar diferentes personagens, inserindo-as num espaço e num tempo seleccionados pelo autor, por lhe ser possível *conviver* com outros géneros literários, reinterpretando a realidade e configurando-a de acordo com as suas diretrizes.

Esta abertura favorece, pois, a escolha de temas distintos, como sucede com o amor que, não obstante o facto de se constituir como tema fundamental em produções literárias datadas da época medieval, surge com uma expressão moderna em prosa no período oitocentista.

Efetivamente, apresentando diferentes subgéneros, como o romance de cavalaria, o sentimental, o pastoril e o picaresco, entre outros, o romance abrange ainda um outro subgénero narrativo – o romance matrimonial.

Citando Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, o romance é “por excelência o lugar de revelação de personagens atravessadas por conflitos íntimos, traumas e obsessões que no seu discurso interior encontram o espaço privilegiado de inscrição” (Reis e Lopes [1987] 2011: 358), pelo que, exprimindo as sensibilidades, os afetos e os pensamentos das personagens, constitui o veículo privilegiado para representar as suas vivências e experiências e, como tal, as relações de amor, de amizade, familiares e sociais que estabelecem entre si.

Inovando sucessivamente as suas temáticas, compete a este género exprimir os afetos e os pensamentos das personagens, as suas vivências e liga-

ções, complementando-as com as vicissitudes que constroem a história de um país, configurando novas especificidades, como sucede com a representação do casamento por amor, patente nos romances originais dos escritores Júlio Dinis e Jane Austen.

2. A relevância do romance matrimonial

Se determinadas ações possibilitam a alteração de caracteres, comportamentos ou factos, também o amor, consubstanciado no casamento, pode implementar profundas transformações e contribuir para o alcance do bem individual e comum.

Neste contexto, emerge o romance matrimonial que, apresentando aspetos menos agradáveis das sociedades coevas dos autores, constrói, preferencialmente, uma solução final feliz. Ao apostar na representação de sentimentos autênticos, consolidados no estabelecimento de uma união duradoura, o romance matrimonial dá ênfase às relações baseadas no amor conjugal recíproco, fiel e respeitador, pondo em destaque, não só o indivíduo como sujeito livre e autónomo, mas também a família como instituição fundamental para o progresso social.

2.1. Casamento e família

Ao ligar amor e casamento, valorizando a centralidade e a sacralidade do matrimónio, o romance matrimonial contempla a vida social, destacando, porém, a vida privada, a domesticidade inseparável das relações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes das intrigas.

Como é do conhecimento comum, o casamento resulta da união entre duas pessoas, sendo reconhecida, geralmente, por uma instituição que confirma essa aliança, a qual pode ser efetuada apenas como contrato legal, autenticado pelos serviços do Estado, ou como união religiosa, confirmada por uma autoridade clerical.

A palavra tem origem no conceito *casar*, como ato solene de união entre dois sujeitos, o qual deriva, por sua vez, do vocábulo *casa*, como sinónimo de habitação, lar, família. Relacionada com esta palavra, surge uma outra – matrimónio –, cuja génese resulta do antigo termo francês *matremoine*, decorrente do vocábulo latino *matrimonium*, que combina os dois conceitos seguintes: *mater* (*matris*), que significa “mãe” e o sufixo *-monium*, que significa “ação, estado ou condição”.

Segundo um artigo da autoria de Emília da Maia, no jornal *A Voz Feminina*, datado de 1868, o casamento é,

sem dúvida, dos actos da nossa vida, o que maior consideração merece, pois é só elle que, por um laço indissolúvel, une tão estreitamente dois entes [...]. Mas infelizmente é olhado pela maior parte das pessoas, como uma causa vulgarissima, e a que se deve ligar pouca importância [...]. Os casamentos merecem profunda atenção, e nunca se deveriam ligar dois entes, sem terem profundo e recíproco conhecimento de seus caracteres e estimarem-se mutuamente (Maia 1868: s/p).

Depreende-se, desta passagem, que indissolubilidade e unidade caracterizam, de forma inequívoca, a instituição matrimonial, a qual deve ser fundada no profundo e recíproco conhecimento entre as partes que compõem o casal.

Muitas vezes visto como um simples contrato, o casamento é realizado por múltiplas razões: puramente pragmáticas, concretizadas nos conhecidos casamentos de conveniência, desprovidos de quaisquer sentimentos e baseados simplesmente no desejo de obtenção de fortuna ou de posição social, como formas de estabilidade económica e social ou, pelo contrário, como forma de dar visibilidade à relação afetiva estabelecida entre duas pessoas que visam a formação de família e, por conseguinte, a educação dos filhos.

Na verdade, o matrimónio configura-se, conjuntamente, como conceção de vida e como “an expansion, a widening of the ring to embrace siblings, parents, new connections. To marry was to participate in society to adopt a pattern of social as well as familial commitments” (Jones 2009: 136).

Efetivamente, o casamento por amor pressupõe a existência de um compromisso que não invalida a identidade e a autonomia de cada sujeito, comprometidos numa comunhão duradoura e cuja finalidade prevê a continuidade e a felicidade das gerações vindouras.

Assim, as preocupações transversais ao romance matrimonial, como protótipo do romance reformista¹, tendente à correção de comportamentos, baseiam-se na tentativa de melhoria de progresso individual e, cumulativamente, social, a partir de vivências pessoais e coletivas, apoiadas num con-

¹ De influência britânica, pela índole moralizante, o romance matrimonial visa a renovação da sociedade através do método pedagógico, sobressaindo temáticas amenas, reunidas na expressão dos sentimentos e cuja perspetiva se concentra numa “imagem grandiosa e penetrante, [d]a paixão intensa, [d]a interioridade do sentimento, [d]o vigor dos instintos morais, [d]a solidez da vocação prática, [que constituem] outros tantos traços do génio de Inglaterra estudado na evolução da sua gloriosa história [...]. Daí a solidez e a nobreza duma literatura toda empregada na reforma da sociedade” (Barreto 1940: 26-27).

junto de valores que passam pela honestidade, pelo trabalho, pela valorização da mulher e pela solidez do matrimónio.

Consequentemente, o objetivo principal do casamento baseia-se na criação de uma nova família, considerada a extensão do casal e tida como espaço de socialização, de partilha e de amor. Estabelecidos os direitos e as obrigações, bem como os laços morais e sentimentais, a família torna-se o lugar de proteção, de intimidade, de afeto e de confiança, constituindo-se como a unidade capital da sociedade a quem compete formar a personalidade de cada indivíduo e que surge como principal salvaguarda para a continuação do progresso humano e social: “La famille dans notre société est de type conjugal, la relation centrale dans tout ce domaine est la relation matrimoniale. C’est sur la base du mariage que [...] s’édifie l’existence dans le domaine privé” (Berger e Kellner 2007: 60).

2.2. “Amor por princípio, ordem por base e progresso por objetivo”

Expressando uma atitude otimista e positiva, as narrativas matrimoniais representam as seguintes ideias: “amor por princípio, ordem por base e progresso por objetivo”, premissas defendidas pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) que, baseado na corrente filosófica positivista (Comte 1939; 1966), propõe a existência de valores humanos, em que é possível associar o conhecimento a uma ética humana, representando as aspirações a uma sociedade justa, fraterna e progressista.

A procura ativa do bem público afigura-se como o modo mais eficaz para assegurar a felicidade individual, para que o progresso de cada um e da sociedade seja efetivo a partir das ações de amar, conhecer e servir o género humano.

Ao conceber o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por objetivo, em que o amor procura a ordem e conduz ao progresso, em que a ordem consolida o amor e dirige o progresso e em que o progresso desenvolve a ordem e reconduz ao amor, o romance matrimonial sugere a obtenção desse estágio de felicidade através da principal estrutura de harmonia e de amor recíproco – o casamento.

Apresentando aos leitores o percurso efetuado para alcançar a felicidade, o qual é assinalado por obstáculos e sacrifícios, sucessivamente ultrapassados, e criticando os casamentos de conveniência, efetuados por questões económicas e/ou sociais, as intrigas dos romances matrimoniais exaltam a afeição, a estima e a complementaridade dos intervenientes, cuja relação amorosa é gradual e persistente.

Como refere José Barros de Oliveira, no seu estudo sobre a felicidade, “quanto mais se sofre para atingir determinado objectivo, mais se pode sentir a alegria de o ter alcançado” (Oliveira 2000: 288). Deste modo, distinguindo-se dos casamentos *arranjados* como garantia de sustentabilidade e de aquisição de estatuto social, as uniões dos romances matrimoniais são alicerçadas nos sentimentos verdadeiros, cujo papel crescente pretende instaurar na sociedade a realização emocional como princípio fundamental, aliado aos princípios racionais.

O casamento constitui, conseqüentemente, a solução equilibrada, em que etapas sucessivas se iniciam pela livre escolha dos jovens intervenientes, os quais decidem, de forma autónoma, o par com o qual querem casar: “A mudança mais importante no namoro foi o surto do sentimento [...]. As pessoas começaram a colocar o afecto e a compatibilidade pessoal ao alto da lista de critérios de escolha de parceiros conjugais” (Shorter [1975] 1995: 162). Este processo exige, normalmente, a presença de dificuldades, que obstaculizam a proximidade e o estreitamento de laços entre o casal, facto que se revela fundamental, tanto para a solidez das relações, como para a demonstração dos sacrifícios necessários para que se consiga obter a felicidade desejada. Tratando-se de um percurso progressivo, as personagens iniciam, numa primeira fase, um processo de conhecimento, que vai sendo aprofundado ao longo da intriga e que principia com uma simples relação de amizade, a qual se torna essencial para a construção de uma relação amorosa conjugal posterior.

No entanto, nem sempre esse processo decorre de forma harmoniosa, pois, como referimos, existem obstáculos, muitas vezes, resultantes das próprias mentalidades de outros intervenientes na ação, que, deste modo, se tornam oponentes ao bom desenvolvimento das futuras relações matrimoniais. De realçar também o facto de o romance matrimonial permitir uma reflexão sobre condutas e opiniões, favorecendo uma abertura de mentalidades, propícia a novas conquistas e a novas relações, promotoras da realização de cada indivíduo e do fomento da sociedade em que os mesmos se inserem.

A ação narrada expressa, assim, uma sequencialização de estádios conducentes à chamada fase de namoro ou corte, em que se assinala, por exemplo, a separação entre as personagens principais:

- por questões morais (compromissos já estabelecidos com outrem), como acontece em *Sense and Sensibility* de Jane Austen;
- por questões familiares (não desagradar às opiniões dos pais),

como no romance *Os Fidalgos da Casa Mourisca* de Júlio Dinis;

- ou por questões de temperamento (intervenientes impetuosos e imprudentes, geralmente masculinos, que acabam por se regenerar pela ação levada a efeito pelas protagonistas femininas), como sucede em *Pride and Prejudice* e n' *Uma Família Inglesa*.

O desfecho é, todavia, alcançado de forma positiva, sendo que o casamento não constitui o *corpus* do enredo de cada romance matrimonial, afigurando-se, pelo contrário, como o final de um processo lento e penoso. O matrimónio é representado como realização pessoal, como ocorre nos romances austenianos e dinisianos, em que o amor une personagens:

- com gostos e interesses semelhantes (Elinor e Edward de *Sense and Sensibility* ou Madalena e Augusto d' *A Morgadinha dos Canaviais*);
- com temperamentos idênticos (Elizabeth e Darcy de *Pride and Prejudice* ou Berta e Jorge d' *Os Fidalgos da Casa Mourisca*);
- que se completam (Emma e George do romance *Emma* ou Margarida e Daniel d' *As Pupilas do Senhor Reitor*);
- e ainda com caracteres perseverantes (Anne e Frederick de *Persuasion* ou Cecília e Carlos d' *Uma Família Inglesa*).

Não interessa, assim, aos autores dos romances matrimoniais recriar episódios representativos do quotidiano dos pares já casados; interessa-lhes, principalmente, preparar a solução ao longo da ação e demonstrar que, não obstante a existência de obstáculos, é possível atingir um nível de satisfação que traduz o aperfeiçoamento de cada indivíduo, bem como a melhoria dos grupos sociais.

Citando Helena Buescu, acrescentamos: “Júlio Dinis e [Jane Austen] propõe[m] um mundo (a fazer) que considera[m] possível e provável; um mundo de que a utopia está longe, porque está precisamente ao nosso lado e ao nosso alcance” (Buescu 1990: 52).

Neste sentido, é notório o realce concedido às personalidades dos protagonistas, na medida em que são capazes de reconhecer erros, refletindo sobre as suas ações, visando o autoconhecimento, além do conhecimento do outro, tendo como finalidade a complementaridade. Como tal, surgem personagens femininas que, a par de uma maturidade que completa a posse de atributos intelectuais e morais, são possuidoras de uma educação esmerada, o que favorece a aproximação do casal. O enfoque é, deste modo, colocado

sobre a perspectiva das heroínas, as quais demonstram aptidão para poderem assumir uma relação conjugal, ao mesmo tempo que revelam a capacidade de integração na sociedade. Estas mulheres não se encontram, pois, *desenraizadas*, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas, tornando-se ativas e úteis, o que evita qualquer tipo de devaneios ou ilusões amorosas. A título ilustrativo, podemos referir o caso de Elinor, de *Sense and Sensibility*, e de Margarida, protagonista do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, que são personagens conscientes e ponderadas, ou ainda Emma (*Emma*) e Madalena (*A Morgadinha dos Canaviais*) que, sendo mais impulsivas, não deixam de revelar atitudes virtuosas e simultaneamente, precursoras da futura emancipação feminina.

Resultante da vontade do casal, o casamento surge, naturalmente, como comunhão de corpo e espírito de duas partes que se fundem numa só, constituindo um compromisso, o qual envolve a troca de votos e a partilha de responsabilidades, ambas construtoras da identidade de cada elemento em articulação com o estabelecimento de relações de alteridade.

Por conseguinte, não cumpre ao amor, concretizado no matrimónio, apresentar-se como resolução simples ou como mera forma de evasão, constituindo-se, pelo contrário, como essência da humanidade e como elemento distintivo entre a verdadeira moralidade e o preconceito social, ao permitir a superação de barreiras através da fusão entre elementos de diferentes estratos sociais.

Tal é a conceção do romance matrimonial que pretende demonstrar a validade dos comportamentos virtuosos, devidamente enquadrados nas normas sociais. Daí a importância da escolha dos espaços em que decorre a ação, porquanto os mesmos se revelam indispensáveis para o êxito das relações conjugais. Como tal, a preferência dos espaços naturais constitui o padrão dos romances matrimoniais, em que a natureza é considerada o local de autenticidade e de pureza. Por isso, o campo é apresentado como cenário privilegiado dos romances de Jane Austen e de Júlio Dinis, contrastando com a corrupção e com os vícios dos ambientes citadinos, os quais servem apenas como contraponto ou como espaço de revelações.

De referir também a influência que o momento histórico opera na formação ou no crescimento das personagens, sendo que, nos romances de Jane Austen e de Júlio Dinis, são representadas as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, nomeadamente, no período da Regência em Inglaterra (1811-1820), assim como a estabilidade promovida pela Regeneração em Portugal (1851-1868).

Quer Jane Austen, quer Júlio Dinis “conserva[m] no[s] seu[s] romance[s] o mundo em que se form[aram]: estuda[m]-[n]o, aprecia[m]-[n]o, avalia[m]-[n]o, recria[m]-lhe as possibilidades humanas, critica[m]-[n]o, defende[m] os valores nele criados que defendem a realidade do ser humano” (Pina 1994: 53).

2.3. O romance matrimonial como símbolo de felicidade e como concepção de vida

Até ao século XIX, o casamento é visto, nas sociedades ocidentais, como um simples acordo comercial entre duas famílias, baseado em questões de foro financeiro ou de afirmação social, sem ter em consideração a opinião dos intervenientes ou a adequação das idades, gostos e caracteres.

Com o advento do Romantismo, inscrito nos ideais liberais e que privilegia o sentimento, a espontaneidade e o indivíduo, esta imagem é modificada, sendo substituída pela concepção de casamento por amor, como afirmação da personalidade individual: “Os amores contrariados pela oposição paterna são uma constante ao longo do século XIX, sendo cada vez mais numerosos aqueles que querem fazer coincidir casamento com amor e felicidade” (Vaquinhas 2011: 138).

Do amor-paixão, passando pelo amor idealizado, até ao matrimónio por interesse, o casamento, fundado nos sentimentos recíprocos dos intervenientes, institui-se, no âmbito da vida privada, como a principal alteração ocorrida no século XIX, cuja concepção se torna progressivamente distinta, demonstrando a evolução a que as sociedades estão sujeitas.

Se a paixão é impulsiva e efémera, o amor é construção, decisão e compromisso de partilha, o que implica dedicação e entrega. Segundo Denis de Rougemont, “se o desejo anda depressa, o amor é lento e difícil, implica verdadeiramente toda uma vida e exige esse empenho para revelar a sua verdade” (Rougemont [1939] 1989: 281), o que pressupõe, não só a superação de dificuldades, mas também o empenho dos dois membros do casal em efetivar o seu amor.

Um dos aspetos mais importantes para o sociólogo francês Durkheim (1858-1917) consiste no modo como as sociedades poderiam manter a sua integridade e coerência na época moderna, focando-se no estudo dos factos sociais que são precisamente as regras e as normas coletivas, as quais regulam a vida dos indivíduos em sociedade.

Na sua opinião, é indispensável o facto de o sujeito individual se sentir

parte de um todo, assumindo determinada função e contribuindo para a formação de uma comunidade coesa e solidária, pelo que se revela de extrema relevância o papel atribuído, quer ao matrimónio, como regulador do desejo e da paixão, quer à família, tida como uma instituição fulcral da sociedade, destacando-se a importância dos relacionamentos entre os indivíduos e a sua indissolubilidade, como garantia da identidade individual e social:

Cria-se realidade porque ser cônjuge implica começar a construir uma história e uma memória colectiva que vão ficando inscritas na própria individualidade. Produz-se identidade e sentido porque ser mulher ou marido, ser mãe ou pai, constituem papéis e funções que marcam, de forma irreversível, a identidade pessoal, e porque a vida conjugal produz sentido existencial (Torres 2002: 14).

Neste sentido, a valorização do plano amoroso, das relações pessoais, do bem-estar e da autonomia dos indivíduos no seio da sociedade possibilita a consolidação dos direitos da mulher, a igualdade entre a figura feminina e a figura masculina que passam a partilhar os seus sentimentos, sendo que o matrimónio surge como lugar de produção de sentido, por permitir que a dinâmica das interações quotidianas tenha efeitos a nível da identidade pessoal em contexto individual e social.

Por isso, a diversidade contemplada pela vida conjugal é manifesta, pelo que, refletindo os significados da época, a literatura não deixa de representar as novas conceções de vida, concedendo primordial relevância ao indivíduo e às novas relações que se estabelecem, promovendo também a modificação das regras do código amoroso através da difusão de valores e padrões de comportamento diversos, adequados aos novos tempos, representados nos romances dinisianos e austenianos.

Ao representar as vivências e os pontos de vista das personagens, promovendo a mobilização de afetos, de que resulta uma interdependência semântica entre personagens, espaço e época, o romance matrimonial apresenta o amor conjugal, solenizado pela sociedade humana através do casamento.

Para o estadista grego Péricles (495 a.C.-429 a.C.), o segredo da felicidade está na liberdade e o segredo da liberdade está na coragem, pelo que, nas intrigas matrimoniais, não só as personagens são livres na escolha que fazem dos seus pares, como se revelam corajosas ao enfrentarem os preconceitos vigentes. Por isso, “a importância atribuída aos aspectos sentimentais vai fazendo o seu caminho, ao longo do século XIX, fazendo recuar, [...], as estratégias de controlo matrimonial e deixando o lado afectivo de estar ao serviço do património” (Vaquinhas 2011: 140).

Ao eleger a simplicidade e a espontaneidade, o romance matrimonial sublima o sentimento do amor, provando que não é forçoso que este seja impossível ou infeliz, para que uma história seja emocionante, o que revela o poder que a literatura tem em contrapor aos finais trágicos os seus finais felizes, edificados num sentimento que não impõe, mas concede, sem exigências.

Centrado na regeneração da sociedade, bem como na conceção de vida que abrange todas as facetas do indivíduo, o romance matrimonial aponta soluções otimistas na defesa magistral do direito inalienável ao amor, ao mesmo tempo que transmite um voto de confiança à humanidade, na tentativa de renovação.

Enfatizando o casamento, o romance matrimonial pretende despertar os leitores para uma vivência equilibrada, veiculando a possibilidade de conquistar a felicidade pelo matrimónio, sem contratos de conveniência ou por subjugações a ordens superiores, ressaltando o triunfo sobre determinadas ideias preconcebidas e a conquista da harmonia social, constituindo-se como o louvor do amor, sintetizado na seguinte expressão de São Paulo (5 d.C.-67 d.C.):

O [amor] é paciente, o [amor] é benigno, não é invejoso; o [amor] não se ufana [...], não é inconveniente, não procura o seu interesse, não se irrita, não suspeita mal [...], mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O [amor] nunca acabará (São Paulo 1978: I Cor, 13, 4-8).

Conclusão

Como paradigmas da temática do amor verdadeiro, concretizado no casamento, emergem os romances de Jane Austen e de Júlio Dinis que, a par da descrição da sociedade britânica de finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, assim como da sociedade portuguesa de Oitocentos, respetivamente, dão primazia à interioridade das personagens e das suas relações, fomentando um novo subgénero literário – o romance matrimonial.

Através da ligação coerente dos episódios, da autenticidade das personagens e da contextualização epocal e geográfica, as obras romanescas destes dois autores, parecendo somente histórias de amor, cruzam evolução histórica e destinos individuais, como expressão de vida e como instrumento de reorganização social.

Na verdade, e como tivemos oportunidade de enunciar ao longo deste trabalho, a título exemplificativo, é manifesta a influência da obra austeniana

sobre a obra dinisiana, uma vez que, sendo a obra da autora britânica anterior à do escritor português (que vai procurar inspiração na obra austeniana através da representação de “um novo quadro de valores humanos”, conforme refere João Gaspar Simões), a estrutura é semelhante entre a escrita de ambos, podendo inclusivamente comparar-se caracteres e espaços cénicos, para além da vertente sociológica expressa pela valorização proeminente do casamento. Esta relevância é a tal ponto crucial que uma época, uma sociedade ou uma corrente de pensamento podem definir-se, em grande parte, pelo sentido que nelas se dá ao amor, neste caso, concretizado na união conjugal.

Ao exaltar o matrimónio que surge, simultaneamente, como uma ética e como uma estética, porquanto integra a formação humana e moral do indivíduo, ao mesmo tempo que constitui objeto de abordagem na literatura, como unidade composta pelo belo, pelo bom e pelo verdadeiro, é objetivo do romance matrimonial demonstrar que, estabelecidas novas relações entre os indivíduos, se torna imprescindível saber *ser*, *estar* e *fazer*, numa comunhão individual e social, conducente à conciliação pessoal e coletiva:

Porque o casamento deixou de ser garantido por um sistema de coacções sociais, apenas pode basear-se, a partir de agora, em determinações individuais. Quer dizer que assenta realmente numa ideia individual da felicidade, ideia que se supõe comum aos dois cônjuges no caso mais favorável (Rougemont [1939] 1989: 251).

Como tal, apontando uma nova arte de contar, estruturada no estabelecimento de relações afetivas perduráveis e autênticas, promotoras de novas mundividências, os romances matrimoniais de Jane Austen e de Júlio Dinis exprimem a exequibilidade da ligação entre indivíduo e sociedade, cuja união se traduz na confluência de experiências de subjetividade e de alteridade, explicitada pelos modos de ver, sentir e escrever o mundo.

Em suma, e como refere António Alçada Baptista,

continuo a afirmar que me encontro suficientemente livre e disponível para conceber uma sociedade sem casamento nem família, mas só o farei quando me convencerem que o homem assim viverá melhor [...]. E no dia em que deixarmos de nos comprometer com qualquer coisa, nesse dia começou a nossa destruição (Baptista 1968[?]: 19).

Referências bibliográficas

- Alberoni, Francesco. [1979] 1997. *Enamoramento e Amor*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Auerbach, Erich. [1946] 1968. *Mimésis: La Représentation de la Réalité dans la Littérature Occidentale*. Paris: Éditions Gallimard.
- Baptista, António Alçada. 1968[?]. “Reflexões sobre o casamento”. In: *O Tempo e o Modo: Revista de Pensamento e Acção* 1ª série, Caderno 2: O casamento, 10-32.
- Barreto, Moniz. 1940. *A Literatura Portuguesa no Século XIX*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Barthes, Roland. 1976. “Introdução à análise estrutural da narrativa”. In Roland Barthes, Umberto Eco, Tzvetan Todorov e Gérard Genette (eds.), *Análise Estrutural da Narrativa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 19-60.
- Berger, Peter e Hansfried Kellner. 2007. “Le mariage et la construction de la réalité”. *Idées* 150: 57-67. Disponível em <http://docplayer.fr/32760869-Le-mariage-et-la-construction-de-la-realite-1.html> (consultado em 4 abril 2022).
- Bíblia Sagrada*. 1978. I Cor, 13, 4-8. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Bleck, João Duarte. 2019. *Sobre o Casamento: Traços Históricos, Natureza Humana e Sacramento Cristão*. Lisboa: João Duarte Bleck.
- Bourneuf, Roland e Réal Ouellet. [1972] 1976. *O Universo do Romance*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Buescu, Helena Carvalhão. 1990. *Incidências do Olhar: Percepção e Representação*. Lisboa: Caminho.
- Comte, Auguste. [1830-1842] 1939. *Importância da Filosofia Positiva*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Comte, Auguste. [1852] 1966. *Catéchisme Positiviste*. Paris: Garnier-Flammarion.
- David, Sérgio Nazar. 2007. “Virtude e cordialidade em Júlio Dinis”. In Sérgio Nazar David (ed.), *O Século de Silvestre da Silva: Estudos sobre Garrett, António Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Prefácio, 85-124.
- Dinis, Júlio. (s/d). “Uma Família Inglesa”. In Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, Vol. I, Porto: Lello & Irmão Editores.
- Guittou, Jean. 1948. *Essai sur l'Amour Humain*. Paris: Aubier.
- Jones, Hanzel. 2009. *Jane Austen and Marriage*. London: Hambledon Continuum.
- Júnior, Manuel Alexandre. 2015. *Casamento e Família segundo o Modelo Bíblico*. Queluz: Núcleo-Centro de Publicações Cristãs.
- Maia, Emília da. 1868. “Os casamentos”. In: *A Voz Feminina: Jornal Semanal, Científico, Litterario e Noticioso Exclusivamente Collaborado por Senhoras* 49: s/p.
- Martini, Fritz. [1960] 1961. *História Ilustrada das Grandes Literaturas: Literatura Alemã*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor.
- Oliveira, José Barros de. 2000. “Felicidade: teorias e factores”. In: *Psicologia, Educação e Cultura* IV (2): 281-309.

- Pina, Álvaro. 1994. *Jane Austen*. Lisboa: Edições Colibri.
- Reis, Carlos e Ana Cristina Lopes. [1987] 2011. *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Rougemon, Denis de. [1939] 1989. *O Amor e o Ocidente*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sallenave, Danièle. 1976. “Sobre o «Monólogo Interior»: leitura de uma teoria.” In Françoise van Rossum-Guyon, Philippe Hamon e Danièle Sallenave (eds.), *Categorias da Narrativa*. Lisboa: Vega, 103-124.
- Shorter, Edward. [1975] 1995. *Pequena História: A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.
- Seixo, Maria Alzira. 1986. *A Palavra do Romance: Ensaios de Genologia e Análise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Simões, João Gaspar. 1967. *História do Romance Português*, Vol. I. Lisboa: Estúdios Cor.
- Simões, João Gaspar. 1969. *História do Romance Português*, Vol. II. Lisboa: Estúdios Cor.
- Stern, Irwin. 1976. “Jane Austen e Júlio Dinis”. In: *Colóquio/Letras* 30: 61-68.
- Torres, Anália. 2001. *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, Anália. 2002. *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Vaquinhas, Irene. 2011. “A família, essa «Pátria em Miniatura».” In José Mattoso e Irene Vaquinhas (eds.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 118-151.